

O programa de alfabetização tempo de aprender e as estratégias de subjetivação dos sujeitos

Adiles Lima¹

adileslima.cursos@gmail.com

Universidade do Sul de Santa Catarina- UNESC

Janete Neinas²

janeteneinasmestrado@gmail.com

Universidade do Sul de Santa Catarina- UNESC

RESUMO:

Este artigo trata da análise do programa de alfabetização Tempo de Aprender, instituído pela Portaria nº 280 em 19 de fevereiro de 2020, do Ministério Educação e Cultura - MEC, no Brasil. O programa Tempo de Aprender como instrumento de aplicação da política Nacional de Alfabetização, estabelecida pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 visa o auxílio às unidades escolares de Educação Básica nas turmas de pré escolar, 1º e 2º anos do ensino fundamental I, da rede Pública. O objetivo geral do artigo consiste em analisar no programa Tempo de Aprender a subjetivação ditada pela racionalidade neoliberal, por meio dos objetivos específicos: contextualizar o surgimento do programa Tempo de Aprender como política pública e problematizar a perspectiva de alfabetização no Programa Tempo de Aprender a partir dos processos de subjetivação aos ideais neoliberais. Os procedimentos de estudos foram a pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos de referência do programa e da Política Nacional de Alfabetização, no que concerne à concepção de alfabetização baseada na ciência. Em paralelo foram realizados estudos em textos de especialistas em alfabetização e de processos de subjetivação sob a ótica de Foucault, evidenciando que o programa Tempo de Aprender lança mão do discurso de utilização de evidências científicas para subjetivar os sujeitos que participam do processo de alfabetização.

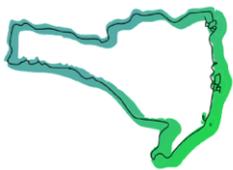
PALAVRAS CHAVE: Alfabetização. Programa Tempo de Aprender. Neoliberalismo. Subjetivação.

ABSTRACT:

This article deals with the analysis of the literacy program Tempo de Aprender, established by Ordinance No. 280 on February 19, 2020, of the Ministry of Education and Culture - MEC, in Brazil. The Tempo de Aprender program as an instrument for applying the National Literacy policy, established by decree no. 9,765, of April 11, 2019, aims to assist Basic Education school units in pre-school, 1st and 2nd years of elementary school classes I, from the Public network. The general objective of the article consists of analyzing the subjectivation dictated by neoliberal rationality in the Tempo de Aprender program, through specific objectives: contextualizing the emergence of the Tempo de Aprender program as a public policy and problematizing the perspective of literacy in the Tempo de Aprender Program from subjectivation processes to neoliberal ideals. The study procedures were bibliographical research and analysis of the program's reference documents and the National Literacy Policy, regarding the conception of science-based literacy. In parallel, studies were carried out on texts by literacy specialists and subjectivation processes from Foucault's perspective, showing that the Time to Learn program uses the discourse of using scientific evidence to subjectivize the subjects who participate in the literacy process.

¹Licenciada em Pedagogia. Docente de Cursos de formação de Professores e Cursos Preparatórios para Concursos. E-mail: adileslima.cursos@gmail.com

²Licenciada em Ciências Biológicas e em Química. Assistente Técnico Pedagógico da rede estadual de Santa Catarina. E-mail: janeteneinasmestrado@gmail.com



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



KEY WORDS: Literacy. Time to Learn Program. Neoliberalism. Subjectivation.

1. INTRODUÇÃO

No estudo a seguir apresentamos a análise do programa de alfabetização “Tempo de Aprender” e a relação da formação da subjetividade aos ideais neoliberais. O programa representa a organização e a efetivação da Política Nacional de Alfabetização - PNA, desenvolvida a partir do ano de 2019, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Para contextualizar e melhor entender esta política educacional alfabetizadora, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema: “educação neoliberal e alfabetização” em artigos científicos, teses, dissertações, livros e sites. Também foi consultada a legislação e sites sobre o programa e a política de alfabetização, de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Definimos como objetivo geral do artigo, analisar no programa Tempo de Aprender a subjetivação ditada pela racionalidade neoliberal, por meio dos objetivos específicos:

I- Contextualizar o surgimento do programa Tempo de Aprender como política pública.

II- Problematizar a perspectiva de alfabetização no Programa Tempo de Aprender a partir dos processos de subjetivação aos ideais neoliberais.

Os ideais neoliberais não estão presentes somente nas relações políticas e econômicas, eles precisam ganhar profundidade nos aspectos sociais e culturais. A educação é um alvo importante e decisivo do neoliberalismo. A razão neoliberal atua na constituição da subjetividade dos professores, desde a sua formação, e em consequência, o reflexo da efetivação dos seus objetivos na educação básica, formando cidadãos de características neoliberais desde a tenra idade.

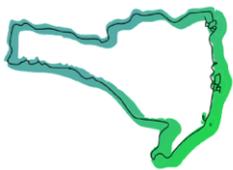
O propósito de reconhecer nas políticas educacionais os traços neoliberais, especialmente nas políticas alfabetizadoras, é o que motivou nossa pesquisa, tendo como objeto de estudo o programa federal de alfabetização “Tempo de Aprender”, corroborando com o avanço das pesquisas na área educacional, em destaque na alfabetização. A atual pesquisa, portanto, se justifica pela necessidade de discutir os rumos das políticas educacionais de alfabetização.

A infiltração das influências neoliberais no Brasil iniciou-se nos anos noventa, e sorrateiramente vai ditando as políticas educacionais. As pesquisas apontam que a razão neoliberal, conduz as ações educativas para criar e moldar um exército humano que mantenha a hegemonia dominante, de forma pacífica e autorizada pelos indivíduos subjetivados. A escola passa a ser um importante aparelho aliado a esses ideais hegemônicos.

Apesar de haver uma quantidade considerável de estudos relacionados ao neoliberalismo e educação, há uma escassez de estudos dos traços neoliberais na Política Nacional de Alfabetização, em específico no programa Tempo de aprender. As pesquisas trazem o processo histórico da entrada neoliberal nas políticas nacionais educacionais para que possamos ter entendimento das propostas de programas educacionais recentes, como por exemplo o Tempo de Aprender.

A presença nas políticas educacionais das características que compõem a mesma razão do mercado como, a competição, individualização, empreendedorismo torna-se um desafio para retomar os ideais da escola emancipadora e autônoma. O “que fazer” das escolas, estão submetidos a políticas e programas criados por organismos aliados aos interesses neoliberais, que demandam análise e atenção dos professores pesquisadores especialistas em educação e dos professores que atuam na educação básica.

Nosso objeto de análise, o programa Tempo de Aprender é uma das ações da Política Nacional de Alfabetização-PNA, documento curricular cujo objetivo é definir saberes e conhecimentos para serem ensinados às crianças no período da alfabetização. A questão que levantamos é: como as influências neoliberais se infiltram nas políticas educacionais, na perspectiva do Programa Tempo de Aprender? Quais são as características neoliberais contidas no programa “Tempo de Aprender”? São questionamentos que buscamos analisar neste estudo.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



2. MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema: “educação neoliberal e alfabetização” em artigos científicos, teses, dissertações, livros e sites. Também foi consultada a legislação e sites sobre os programas e a política de alfabetização, de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura – MEC, no que concerne à concepção de alfabetização e a alfabetização baseada na ciência, em paralelo foram feitos estudos aos textos de especialistas em alfabetização e de processos de subjetivação sob a ótica de Foucault.

Inspirada no conceito foucaultiano de subjetivação, a pesquisa tem abordagem qualitativa, documental, de cunho analítico e interpretativo do programa nacional de alfabetização vigente até o final do último ano.

Quanto a análise documental, Montão e Cruz afirmam que,

[...] postula que avaliação preliminar de documentos é a primeira etapa da análise documental que se aplica em cinco dimensões, a saber: o contexto histórico no qual foi produzido o documento; o autor do texto com seus interesses e motivos; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto; os conceitos-chave e a lógica interna do texto.”(Montão e Cruz, p. 731)

Assim, foram investigados respectivamente: o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC e o Programa Mais Alfabetização, analisados de forma superficial e com maior profundidade, a análise da atual Política Nacional de Alfabetização PNA e o Programa Tempo de Aprender.

3. RESULTADOS

A escola como um lugar institucionalizado tem como função preparar os sujeitos para atuar nas relações sociais, culturais, tecnológicas, políticas, econômicas, enfim em várias relações complexas da vida, em que a noção de espaço e tempo se alteram constantemente por efeito da globalização. A escola como um aparelho social de formação, torna-se um dos principais elos de interesse das classes dominantes em reproduzir o atual modelo da sociedade, modelo este que prioriza poucos e exclui a maioria.

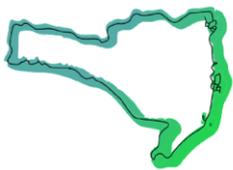
O pesquisador francês, Christian Laval, chama a atenção para a empresarização da educação aos moldes da concorrência e da competitividade do mercado, ou seja, a escola como um aparelho fomentador da ideologia neoliberalista. Para Laval (2004, p. 11), “a escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico”.

A escola neoliberal forma para a satisfação das empresas, molda um sujeito que estará apto para dar o seu melhor pela empresa, empreendedor de si mesmo, competitivo e individualista. Segundo Marinho (2019, p. 37) “O objetivo agora é formar o sujeito neoliberal, tendo por objetivo sua formação de empreendedor pautado na concorrência”.

Segundo Marinho (2019, p. 26), a escola formal neoliberal, é um dos aparelhos decisivos para a subjetivação aos moldes da sociedade empresarial, “porque a educação se coloca a serviço da competitividade econômica como investimento no capital humano”.

Assim,

[...] o papel da educação informal na constituição do sujeito neoliberal, por diversas vezes colocaram a escola neoliberal, como um dos fatores decisivos do funcionamento dos processos de subjetivação dessa nova sociedade empresarial, a educação formal na figura da escola neoliberal cumpre também esse mesmo papel. (Marinho, 2019, p. 37)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



O controle da subjetivação exercido pela cultura é essencial para manter os modos de produção capitalistas, já que é no ambiente cultural que se aguçam os desejos capitalistas. A tomada do controle da subjetividade é indispensável à internalização da ordem cultural neoliberal (Bechi, 2019, p. 82).

A educação obrigatória a todos é para a racionalidade neoliberal um berço reprodutor, que captura desde a tenra idade os sujeitos que por ela passam e serão programados aos moldes da competição, da eficiência e do endeusamento do mercado, naturalizando este modelo. A escola passa a ser então, uma empresa que segue as mesmas regras econômicas e obedece às imposições do mercado (Marinho, 2019, p. 37).

Neste contexto neoliberal, as políticas públicas educacionais passam a ser influenciadas pela “Comissão das Comunidades Europeias (1995) e demais organismos multilaterais como UNESCO e FMI, que influenciam as políticas educacionais ao propor que a educação e, sobretudo, a escola tomam a cultura empresarial como princípios e intenção formativa” (Almeida e Trevisol, 2019, p 211).

Os Planos e Programas fazem da escola uma empresa, não apenas no seu aspecto organizacional, mas de formação dos sujeitos, objetivando-os aos ideais neoliberais, que eliminam qualquer condição de formação para o convívio social de cooperação, solidariedade e fidelidade.

Nesta seção do artigo, contextualizamos o surgimento do programa como política pública nacional. Para tanto, descrevemos a Política Nacional de Alfabetização - PNA e o Programa Tempo de Aprender (2019), em vigência até o final do ano de 2022, objetivando a análise das evidências, abertas ou veladas, dos traços neoliberais.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - PNA

A Política Nacional de Alfabetização - PNA/2019 ressalta a importância da educação para a sociedade brasileira e o empenho dos gestores públicos em promover uma formação educacional de qualidade aos brasileiros, sendo urgente uma mudança nas concepções das políticas voltadas à alfabetização, numeracia e literacia (Brasil, 2019b).

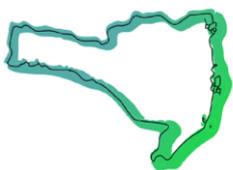
A PNA deriva do Plano Nacional de Educação - PNE/2014 - 2024 para atender a meta nº 5, que tem por finalidade alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

O Decreto nº 9765/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização - PNA, em seu artigo primeiro, estabelece a implantação de programas e ações voltadas à alfabetização baseada em evidências científicas:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (Brasil, 2019a)

O artigo segundo o Decreto nº 9765/2019 apresenta onze conceitos, nesta ordem: alfabetização, analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional, consciência fônica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, literacia, literacia familiar, literacia emergente, numeracia e educação não formal.

Criado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, executado em parceria com os Estados e Distrito Federal e municípios, o Programa Tempo de Aprender tem como finalidade melhorar a qualidade da alfabetização nas escolas públicas do Brasil. O programa foi criado a partir do Decreto nº 9765 de 11 de abril de 2019 que institui a Política Nacional de Alfabetização - PNA.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Neste estudo tomaremos como base a Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, por ser o documento que dá origem ao programa Tempo de Aprender, visto que o Ministério da Educação no ano seguinte, altera esta Portaria e a substitui pela Portaria nº 546, de 20 de julho de 2021, em razão das questões pandêmicas alguns pontos foram alterados como por exemplo: atenção individualizada a estudantes e suas famílias; das avaliações formativas para atenção individualizada; da promoção do bem-estar dos profissionais da alfabetização, entre outros; porém de maneira geral os objetivos e as características do programa se mantêm, seguindo a Política Nacional de Alfabetização.

De acordo com a Portaria 280/2020 o Programa está organizado em quatro eixos: eixo I- Formação continuada de profissionais da alfabetização; eixo II- Apoio pedagógico para alfabetização; Eixo III- Aprimoramento das avaliações da alfabetização; eixo VI- valorização dos profissionais da alfabetização por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores (BRASIL, 2020).

O Programa Tempo de Aprender substitui o Programa Alfabetização na Idade Certa- PNAIC e o Programa Mais Alfabetização envolve nas instituições que atendem a educação infantil, as turmas de pré-escolar, juntamente com as turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental. A adesão ao programa é voluntária. (Brasil, 2020)

Segundo a Portaria 280/2020, os objetivos do programa são: elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização; assegurar o direito à alfabetização e impactar positivamente na trajetória educacional dos estudantes.

O programa prevê formação continuada aos professores e gestores na modalidade online e presencial, e institui o modelo de multiplicadores, professores formados que serão responsáveis pela formação de outros professores. Está previsto também que os professores poderão fazer parte do programa de desenvolvimento profissional de professores alfabetizadores em Portugal, na forma de intercâmbio, a ser definido em edital.

Na plataforma AVAMEC, do Ministério da Educação, é oferecido o curso online do Programa Tempo de Aprender para Professores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores escolares e Assistentes de Alfabetização, gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada. O curso tem carga horária de trinta horas com certificação e não possui moderador.

A plataforma apresenta os seguintes módulos e conteúdos do curso: Módulo 1 - Introdução, Módulo 2 - Aprendendo a ouvir, Módulo 3 - Conhecimento alfabético, Módulo 4 - Fluência, Módulo 5 - Vocabulário, Módulo 6 - Compreensão, Módulo 7 - Produção de escrita e Questionário de Finalização.

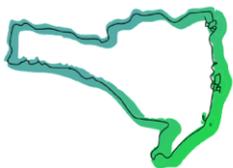
No site <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender> encontra-se matérias de criação, implementação e relatório de acompanhamento do Programa Tempo de Aprender, os materiais didáticos para uso dos professores e material didático específico para as famílias, como o programa Conta pra Mim, onde os familiares podem ler e ouvir literaturas infantis com os estudantes.

O Sistema On-line de Recursos de Alfabetização-SORA é o módulo de suporte à atuação docente, de monitoramento do programa, recursos e materiais para sala de aula. No sistema online encontra-se o módulo de suporte para a construção de plano de aula, o módulo de monitoramento gerando relatórios quanto ao uso do sistema, execução do programa na escola e o módulo de avaliação que auxilia no lançamento e controle das notas e presença dos alunos.

Dos recursos financeiros o programa institui ações de fortalecimento via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para atuação de assistentes de alfabetização e outras despesas. Está prevista também a contratação do assistente de alfabetização preferencialmente no mesmo período em que o professor alfabetizador atua. O assistente de alfabetização não será remunerado, apenas receberá auxílio financeiro para alimentação e transporte.

A portaria 280/2020, diferencia o atendimento às escolas vulneráveis - com índices nacionais avaliativos muito baixo (10 horas semanais) e não vulneráveis - com índices avaliativos regular e mediano (5 horas semanais) quanto à atuação do Assistente de Alfabetização.

Na Portaria não fica definida a qualificação do Assistente de Alfabetização, apenas que deverá cursar o treinamento online. Segundo a Portaria nº 280, art 41, § 2º, “ O assistente de alfabetização deverá cursar o treinamento on-line fornecido pelo MEC para atuar em sala de aula no âmbito do



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Programa Tempo de Aprender”. Competem aos Estados, municípios e Distrito Federal garantir a realização de processo seletivo simplificado que privilegia a qualificação do assistente de alfabetização e demais atores do programa.

O apoio financeiro às unidades escolares será para as despesas na aquisição de materiais de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades previstas e no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização.

Está previsto também no programa a premiação por desempenho para os professores e gestores escolares cujas unidades participarem do programa Tempo de Aprender e apresentarem desempenho satisfatório. Na Portaria 280, art 48, parágrafo único, “a premiação tem como objetivo incentivar a melhoria da aprendizagem por meio da cooperação entre os profissionais envolvidos com alfabetização” (Brasil, 2020)

Para avaliar o impacto do programa na aprendizagem escolar far-se-á avaliações nas turmas de primeiro e segundo ano do ensino fundamental conforme orientações no calendário estabelecido pelo MEC.

Quanto ao monitoramento do programa dá-se por meio de relatórios no sistema online com os resultados do diagnóstico formativo de fluência em leitura oral e da avaliação do impacto das ações do programa, bem como o relatório dos membros das redes envolvidas com o objetivo de aperfeiçoar o programa.

3.2 O PROGRAMA TEMPO DE APRENDER E AS ESTRATÉGIAS DE CAPTURA E SUBJETIVAÇÃO

As atuais políticas neoliberais a serviço do capital, atuam não somente como uma ideologia ou modelo econômico, mas substancialmente como, “uma racionalidade, que estrutura tanto instituições públicas e privadas, como a própria subjetividade” (ALMEIDA; TREVISOL, 2019, p. 203).

Nessa perspectiva dos processos de construção do eu, a subjetividade pode ser entendida como “[...] aquilo que caracteriza o sujeito) não existe nunca fora dos processos sociais, sobretudo de ordem discursiva, que a produzem como tal” (SILVA, 1998, p. 10).

Segundo Bechi (2019) a sociedade compõe-se de diferentes máquinas que atuam sobre a subjetividade, em destaque as máquinas sociais: “As máquinas sociais abrangem tanto o disciplinamento do corpo, quanto sua subjetivação, como é o caso das escolas, hospitais, igrejas e prisões” (Bechi, 2019, p. 78)..

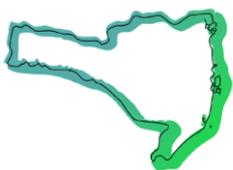
A escola é um dos aparelhos da modernidade de captura da subjetivação aos ideais neoliberais. Segundo, Almeida e Trevisol (2019, p. 220), “O projeto hegemônico do grande capital se concretiza na medida em que forma sujeitos que aceitam subjetivamente as normatividades desse sistema”.

Nesse espaço de reprodução do projeto hegemônico do grande capital, expressa-se a política neoliberal do Programa Tempo de Aprender e seus modos de subjetivação, objeto de análise neste artigo, problematizamos a perspectiva de alfabetização como estratégia de captura da subjetividade no cenário atual da Educação Básica. Utilizando como elementos de análise alguns conceitos de Foucault, o artigo problematiza o conceito de alfabetização e o argumento da utilização de conhecimentos baseados na ciência.

3.3 A ALFABETIZAÇÃO BASEADA NA CIÊNCIA COMO DISCURSO DE PODER-SABER

Com base na perspectiva foucaultiana, não há “saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1999, p. 27). Dessa forma, ao serem organizados saberes e conhecimentos, as políticas e programas de alfabetização envolvem todos os sujeitos para os quais são destinados em relações de poder.

Para Foucault (2000, p. 183) “o indivíduo é um efeito do poder”, ou seja, ele é produzido por meio de práticas que resultam em sujeitos de determinado tipo. No que se refere ao Programa Tempo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



de Aprender, ele corporifica saberes e poderes, pois tem como objetivo formar professores alfabetizadores que fundamentam suas práticas em uma única verdade, afirmada como científica.

Destacamos como segundo ponto da rede de saber estabelecido como regime de verdade, a ser problematizado no Programa Tempo de Aprender, o argumento da utilização da Ciência. Isto porque, segundo Valle (2022, p. 5), “[...] oferecendo-se como neutra e universal, a verdade científica passou a se fazer fiadora do progresso indiscriminado das sociedades e, para os indivíduos, da certeza da autonomia”.

Para tanto, analisamos os seguintes documentos: a Portaria 280, de 19 de fevereiro de 2020, que institui o Programa Tempo de Aprender e dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal; o curso online oferecido na Plataforma do AVAMEC; o Decreto nº 9.765/2019 e o Caderno da Política Nacional de Alfabetização.

A análise da Portaria 280, de 19 de fevereiro de 2020, que institui o Programa Tempo de Aprender e dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal permite recortar os seguintes excertos se referindo à utilização de “*abordagens cientificamente fundamentadas*” e às “*melhores evidências científicas às experiências exitosas*”:

Art. 6º São objetivos do Programa Tempo de Aprender: I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas. (Brasil, 2020)

Art. 19. Compete, ainda, à Rede de Articulação: II - contribuir para a elevação da qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio da divulgação de abordagens cientificamente fundamentadas. (Brasil, 2020)

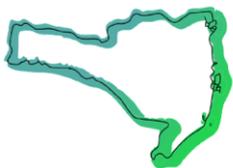
Art. 46. No âmbito do Programa Tempo de Aprender, serão realizados a reformulação e o contínuo monitoramento da adequabilidade dos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático referentes ao público afeto ao Programa à Política Nacional de Alfabetização, às melhores evidências científicas e às experiências exitosas. (Brasil, 2020)

No curso online oferecido pela Plataforma AVAMEC para professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada, também encontramos a mesma referência: “[...] são apresentadas estratégias de ensino e atividades destinadas ao 1º e ao 2º ano do ensino fundamental baseadas em *evidências científicas* e de caráter prático, voltadas à sala de aula”.

Como o Programa Tempo de Aprender foi criado a partir do Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019 que institui a Política Nacional de Alfabetização - PNA, no decreto encontramos utilizações da baliza científica para garantir a adesão dos educadores. Desta forma, com o objetivo de melhorar os índices de alfabetização nacional a PNA, apoia-se em *evidências científicas*:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em *evidências científicas*, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Alfabetização: V. adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em *evidências*



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



científicas;

Art. 8º A Política Nacional de Alfabetização será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam: VI. produção e disseminação de sínteses de *evidências científicas* e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia.

O Decreto nº 9.765, também defende a utilização de *abordagens cientificamente fundamentadas* e a aplicação do *conhecimento científico* para a alfabetização:

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Alfabetização: I. elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens *cientificamente fundamentadas*; [...] V. promover o estudo, a divulgação e a aplicação do *conhecimento científico* sobre literacia, alfabetização e numeracia.

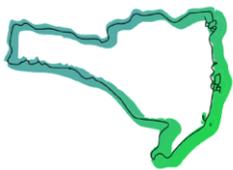
Art. 8º A Política Nacional de Alfabetização será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam: [...] II. desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos *cientificamente fundamentados* para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

O Caderno da Política Nacional de Alfabetização- PNA/2019, também utiliza o discurso das *evidências científicas* para denominar-se como verdade. Assim, com o objetivo de melhorar os índices de alfabetização nacional e atingir a Meta Nº 5 do Plano Nacional de Educação - PNE, a PNA usa a confirmação dos especialistas do grupo de trabalho que elaborou o caderno como também de relatórios científicos para se apoiar em *evidências científicas*:

O grupo de trabalho analisou a situação atual da alfabetização no Brasil, realizando audiências com representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e convidando renomados pesquisadores da área de alfabetização para apresentarem suas contribuições. Essas audiências foram importantes para ouvir diversos atores da sociedade envolvidos com o tema. O grupo de trabalho também estudou experiências exitosas de estados e municípios brasileiros, bem como de outros países que formularam suas políticas públicas de alfabetização com base em *evidências científicas* e melhoraram os indicadores não só de leitura e escrita, mas também de matemática. (Brasil, 2019b, p. 7)

Nos Estados Unidos, o primeiro grande relatório científico sobre o tema foi produzido por Jeanne Chall, professora da Universidade Harvard, que publicou em 1967 o livro *Learning to Read: The Great Debate*. Nessa obra, Chall revelou quais abordagens eram mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita e concluiu pela abordagem fônica, que recomenda o ensino sistemático e explícito das relações entre grafemas e fonemas, leitura e escrita, mas também de matemática. (Brasil, 2019b, p. 8)

Em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou o documento *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Na parte III, intitulada “Métodos de Alfabetização”, faz-se referência a países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização com base nas *evidências científicas* mais recentes, como Inglaterra, Austrália, Israel e Finlândia. A França, por exemplo, criou em 1997 o Observatório Nacional da Leitura, que reformulou as práticas de alfabetização, incorporando recomendações de instrução fônica (OBSERVATOIRE



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



NATIONAL DE LA LECTURE, 2007). Em todos esses países houve um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2011).(Brasil, 2019b, p. 17)

Apesar dos dados e das evidências trazidos pelos relatórios e documentos citados, as políticas públicas para a alfabetização no Brasil, em âmbito nacional, continuam a ignorá-los em grande parte. Por essa razão a PNA se propõe a assumir e a difundir tais contribuições, ora aprimoradas pelas *evidências científicas* mais recentes. E uma das mais importantes consiste em adotar um conceito claro e objetivo de alfabetização. (Brasil, 2019b, p.17)

Desde 1980, muitos países têm adotado a perspectiva da educação baseada em *evidências científicas* (DAVIES, 1999; GARY; PRING, 2007) a fim de melhorar os indicadores educacionais e garantir a qualidade de educação para todos. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e avaliar o conhecimento mais recente sobre os processos de ensino e de aprendizagem.(Brasil, 2019b, p. 20)

Para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização e impactar positivamente toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis (art. 4º, I e IV), a PNA, em consonância com as *evidências científicas* atuais, se apoia numa visão que valoriza a primeira infância. (Brasil, 2019b, p. 41)

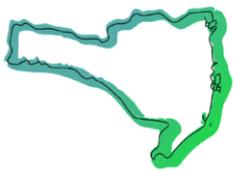
A PNA buscará promover um aprimoramento na formação dos professores da educação infantil e dos professores do ensino fundamental, nos currículos de formação inicial e continuada, com fundamento nas *evidências científicas* mais recentes das ciências cognitivas.(Brasil, 2019b, p. 43)

O Caderno da Política Nacional de Alfabetização- PNA/2019, continua o discurso de defesa da ciência e desqualificação de conhecimentos historicamente construídos para afirmar outros e denominar-se como verdade. Acrescenta outras expressões derivadas: a utilização de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados; a afirmativa de que a formação de professores não acompanhou o progresso científico e a publicação do primeiro grande relatório científico que anuncia quais abordagens eram mais eficazes para a alfabetização.

[...] desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos *cientificamente fundamentados* para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; (Brasil, 2019b, p. 44)

Em 2003, foi publicado no Brasil o relatório final Alfabetização Infantil: os novos caminhos, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, reeditado em 2007. Nele um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas, especialistas e pesquisadores apresentou conclusões importantes, sendo a principal delas a de que as políticas e as práticas de alfabetização no país – incluindo a formação de professores alfabetizadores – não acompanharam o *progresso científico* e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita (Brasil, 2019b, p.16)

Nos Estados Unidos, o primeiro grande *relatório científico* sobre o tema foi produzido por Jeanne Chall, professora da Universidade Harvard, que publicou em 1967 o livro



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Learning to Read: The Great Debate. Nessa obra, Chall revelou quais abordagens eram mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita e concluiu pela abordagem fônica, que recomenda o ensino sistemático e explícito das relações entre grafemas e fonemas. (Brasil, 2019b, p.16)

Por fim, apresenta a *ciência cognitiva* da leitura como saber estabelecido como verdadeiro para alfabetizar. O Caderno da Política Nacional de Alfabetização “por ciência cognitiva se designa o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva” (Brasil, 2019b, p. 20).

A ciência cognitiva da leitura apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país. (Brasil, 2019b, p. 7)

A maioria dos países que melhoraram a alfabetização nas últimas décadas fundamentaram suas políticas públicas nas evidências mais atuais das ciências cognitivas, em especial da ciência cognitiva da leitura (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2011). Essa área do conhecimento apresenta o conjunto de evidências mais vigorosas sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e como é possível ensiná-las de modo mais eficaz (Brasil, 2019a, p. 16)

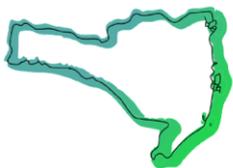
A análise de excertos retirados dos documentos: a Portaria 280, de 19 de fevereiro de 2020, o curso online oferecido na Plataforma do AVAMEC; o Decreto nº 9.765/2019 e o Caderno da Política Nacional de Alfabetização evidenciam como o Programa Tempo de Aprender procuram, como afirma Caldeira (2022, p. 6), “[...] legitimar-se tendo como base uma das formações discursivas mais significativas de nosso tempo: a Ciência”.

Nesse sentido, a ênfase dada à ciência cognitiva no texto da PNA insere-se na lógica que utiliza a estratégia de nomear-se como científica para afirmar-se como verdade, negando outros conhecimentos. Ao mesmo tempo, ela apresenta essa verdade automeada científica como a única capaz de colocar o Brasil no rol de países que conseguiram promover a melhora da qualidade da alfabetização. (Caldeira, 2022, p. 7).

Utilizando a confirmação do “*que dizem os especialistas*” o Caderno da Política Nacional de Alfabetização, apresenta a ciência cognitiva como a mais atualizada forma de conceber e a única capaz de promover com qualidade o avanço na alfabetização no Brasil. Da mesma forma, este discurso afirma que só os conhecimentos da ciência cognitiva tem validade e as outras formas de conceber “[...] a alfabetização não são científicos ou não produzem evidências, de acordo com os critérios estabelecidos na PNA. Desconsidera-se toda a produção acadêmica em educação relacionada à alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental” (Caldeira, 2022, p. 7).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos aqui os objetivos que dão origem a este artigo a fim de realizar as considerações finais. O estudo parte da compreensão da política educacional como processo e produto, inserida no



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



campo de disputas e contradições da sociedade para analisar no programa Tempo de Aprender a subjetivação ditada pela racionalidade neoliberal.

Nessa última década, em relação às propostas de ação governamental, no que tange à Política Nacional de Alfabetização - PNA e em específico o Programa Tempo de Aprender, percebemos que as políticas e programas pretendem instaurar uma nova lógica para as práticas de alfabetização desenvolvidas no Brasil. Esses marcos legais, conforme Caldeira (2022, p. 2) “[...] estão envolvidos no processo de seleção, organização e hierarquização de saberes e conhecimentos a serem ensinados e aprendidos em instituições escolares [...]” nos anos iniciais do ensino fundamental.

A análise dos documentos de referência do programa: Portaria 280, de 19 de fevereiro de 2020, que institui o Programa Tempo de Aprender e dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal; o curso online oferecido na Plataforma do AVAMEC; o Decreto nº 9.765/2019 e o Caderno da Política Nacional de Alfabetização deixam vários indícios desta instauração da lógica neoliberal para as práticas de alfabetização.

Ao analisarmos tais documentos para pesquisar como as influências neoliberais se infiltram nas políticas educacionais e quais são as características neoliberais contidas no programa “Tempo de Aprender”, percebemos que trazem a ideia de que o que se tinha anterior não era bom, remetendo a desvalorização da construção histórica, das características nacionais das pesquisas deste tema e da origem do nosso sistema de linguagem.

[...] esse documento silencia todos/as aqueles/as que não falam conforme o que está estabelecido na chamada “ciência cognitiva”. Somente aqueles/as que falam conforme esse saber – e conforme uma parcela bastante específica desse saber – que se apresenta como única verdade são reconhecidos e se constituem como “autoridades”(Caldeira, 2022, p. 15).

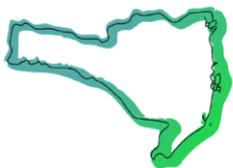
A análise dos documentos de referência do programa, no que concerne a alfabetização baseada na ciência, evidenciam que o programa Tempo de Aprender restringe a concepção de alfabetização como aprendizagem de um código e o discurso de utilização de evidências científicas para subjetivar os que participam do processo de alfabetização.

Fica evidente assim, quem pode falar nesse documento e quem são consideradas as autoridades na relação poder-saber. Assim, o Programa Tempo de Aprender, recebe muitas críticas pelos professores e pesquisadores nacionais de alfabetização, visto que foi construído em um tempo cronologicamente curto e sem discussão. Há uma vasta produção a respeito da alfabetização que é desconsiderada pelo programa em prol da afirmação da “*ciência cognitiva da leitura*” e das “*evidências científicas*” como única verdade.

Fato semelhante ocorre em torno da produção acadêmica acerca da alfabetização que também é desconsiderada. Assim, o Programa Tempo de Aprender evidencia outra característica das políticas neoliberal de silenciamento de grupos diversos e da instauração de um único modo de pensar.

A professora e pesquisadora de alfabetização Magda Soares (2019), em entrevista à Revista Nova Escola, afirma que “essas evidências levam em conta somente a chamada Psicologia da Leitura, quando há muitas outras evidências que têm de ser consideradas. Me refiro aquelas trazidas pelas teorias do desenvolvimento cognitivo, do desenvolvimento linguístico e da psicolinguística, só para citar algumas.” Ressalta que para alfabetizar é necessário levar em consideração as evidências científicas de várias naturezas, como a psicologia, psicogenética, linguística, fonológica, entre outras, o que caracteriza que a alfabetização é um processo complexo.

Assim, o processo de subjetivação que mantém a mesma razão política, econômica, social e cultural é construído em bases sólidas, com objetivos claros, previamente planejados que quando inoculados na grande massa disseminam-se de tal forma que os que dela fazem parte, aceitam-nos e os tomam como única verdade, única razão de viver e sobreviver. Quanto antes estes objetivos se solidificarem nos sujeitos, mais eficaz é a reprodução do modelo hegemônico dominante. Precisamos buscar nesta trama, pontos de enfrentamento para reagirmos a essa “avalanche”, e se a escola é um



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



aparelho eficiente de reprodução deste modelo, é na escola que também podemos buscar o viés de resistência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA M. L. P.; TREVISOL M. G. **Incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial.** *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 12, n. 3, p. 200- 222, set./dez. 2019.

AVAMEC. **Plataforma AVAMEC.** Formação continuada em práticas de alfabetização. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/informacoes>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BECHI, D. **A subjetivação como mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior brasileira.** 2019. 188f. Tese de Doutorado - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019

BRASIL. **Portaria nº 867/2012**, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário oficial da Republica Federativa do Brasil. DF, 4 jul. 2012. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haIoH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacaofederal/portaria/2012/mec867.htm>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 09 dez. 2022

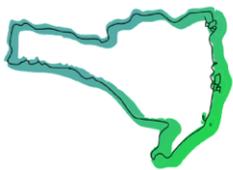
BRASIL. **Portaria nº 142/2018**, de 22 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. 23 set. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto 9.765/2019**, de 11 de abril de 2019a. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Secretaria de Alfabetização. **Caderno da PNA - Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização.** Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 06 nov. de 2022.

BRASIL. **Portaria 280/2020**, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em: 12 out. 2022

BRASIL. Portaria nº 546/2021. Altera a Portaria MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União.** 21 fev. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-546-de-20-de-julho-de-2021-333272805>. Acesso em: 26 dez. 2022.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Política nacional de alfabetização, currículo e gestão de riscos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 22: e1865, 2022. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 07 mai. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Tempo de Aprender. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 06 mai.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARINHO, C. O sujeito Neoliberal e a educação como capital humano. **Kalagatos revista de filosofia**. V.16, N.2. 2019.

MONTÃO, Luana Costa Viana; CRUZ, Paula Lorena C. Albano da. O uso da pesquisa documental em estudos de cunho histórico sobre educação e saúde. **Conedu**. 2021, p. 725- 742. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID8085_14102021190247.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

SOARES, M. Vivi o Estado Novo e passei pela ditadura, mas nunca vi um período tão assustador como este na Educação. In: MEMIS, L. (org.). **Revista Nova Escola**. 10 de Janeiro | 2019. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/PkTTnAAUVrnZCsRWQfZM2scC759ujUwdQYwDc7dU28rq6g6vctGa_qGBp87fG/vivi-o-estado-novo-e-passei-pela-ditadura-mas-nunca-vi-um-periodo-ao-assustador-como-este-na-educacao.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Liberdades Reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALLE, L. Formação humana na precariedade: fazer sentido em comum. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-18, 2022.